

QUILOMBO, AQUILOMBAMENTO E QUILOMBISMO

Texto introdutório sobre fundamentos históricos e políticos do quilombo

Museu Virtual Aquilombando Saberes

Feira de Santana - BA

2026

1 INTRODUÇÃO

Compreender o quilombo exige ultrapassar a imagem limitada de um lugar isolado formado apenas por pessoas negras que fugiam da escravidão. Embora a resistência ao sistema escravista seja parte fundamental dessa história, o quilombo também deve ser reconhecido como experiência de organização social, defesa da vida, construção de autonomia, continuidade cultural e produção de outras formas de relação com o território. Essa compreensão amplia o olhar sobre as comunidades quilombolas contemporâneas e permite reconhecê-las como sujeitos coletivos de memória, conhecimento e direitos.

Este texto apresenta três noções articuladas: quilombo, quilombamento e quilombismo. A primeira remete a uma história africana e afro-brasileira de organização e resistência; a segunda ajuda a compreender processos contemporâneos de aproximação, fortalecimento comunitário e construção de redes de pertencimento; a terceira, formulada por Abdias do Nascimento, transforma a experiência histórica dos quilombos em referência para um projeto político de emancipação negra. O diálogo com Kabengele Munanga, Abdias do Nascimento e Antônio Bispo dos Santos permite perceber que essas ideias não pertencem somente ao passado: elas continuam sendo mobilizadas para interpretar o presente e imaginar futuros baseados em autonomia, reciprocidade e justiça.

2 QUILOMBO: ORIGEM, HISTÓRIA E RESSIGNIFICAÇÃO

Kabengele Munanga (1996) chama atenção para a origem africana da palavra quilombo. O termo deriva de línguas bantu e está relacionado a experiências históricas de povos da África Central, especialmente em regiões hoje associadas a Angola e ao Congo. Em sua trajetória africana, o quilombo esteve ligado a formas de organização sociopolítica e militar construídas em contextos de deslocamento, conflito, alianças e recomposição de grupos. Assim, antes de adquirir sentidos específicos no Brasil, a palavra já carregava uma história de coletividade, organização e ação política.

No contexto brasileiro, a experiência quilombola foi constituída sob a violência da escravização colonial. Homens e mulheres africanos e seus descendentes criaram comunidades que recusavam a submissão, reorganizavam a vida coletiva e elaboravam estratégias de sobrevivência e liberdade. Esses espaços reuniam práticas produtivas, relações de parentesco, religiosidades, formas de defesa, redes de troca e conhecimentos trazidos e recriados na diáspora. Por isso, reduzir o quilombo à ideia de “esconderijo de escravos fugitivos” empobrece sua complexidade histórica.

A permanência das comunidades quilombolas e de suas formas de organização demonstra que o quilombo não pode ser interpretado apenas como acontecimento encerrado com a abolição formal da escravidão. Memórias familiares, vínculos com a terra, práticas de trabalho, festas, conhecimentos sobre plantas, alimentação, religiosidade, oralidade e formas comunitárias de decisão constituem elementos que atravessam gerações e sustentam identidades coletivas. O território, nesse sentido, não é somente uma área física: é espaço vivido, lembrado, cultivado e significado.

3 AQUILOMBAMENTO: PERTENCIMENTO, PROTEÇÃO E AÇÃO COLETIVA

Neste texto, aquilombamento é compreendido como um processo de construção e fortalecimento de espaços coletivos inspirados na experiência histórica e política dos quilombos. Aquilombar-se significa reunir-se, criar vínculos, proteger memórias, compartilhar conhecimentos, organizar respostas a situações de desigualdade e afirmar a presença negra e quilombola em diferentes espaços sociais. O termo expressa movimento: não se trata apenas de estar em um quilombo, mas de produzir relações de solidariedade, pertencimento e cuidado coletivo.

O aquilombamento pode ocorrer em territórios tradicionais, escolas, associações, grupos culturais, movimentos sociais, universidades e ambientes digitais. Quando uma comunidade registra a história de seus mais velhos, preserva conhecimentos transmitidos oralmente, reivindica direitos territoriais, organiza ações educativas ou cria meios próprios de circulação de sua memória, realiza práticas que podem ser compreendidas como formas de aquilombamento. Essas ações enfrentam o apagamento histórico ao colocar os próprios sujeitos no centro da produção e da interpretação de suas narrativas.

Essa perspectiva dialoga com o alargamento político do sentido de quilombo presente em Abdias do Nascimento e com a reflexão contracolonial de Antônio Bispo dos Santos. Em ambos os casos, a resistência não aparece apenas como reação ao poder dominante, mas como capacidade de criar, manter e transmitir modos próprios de existência. Aquilombar-se, portanto, envolve memória e continuidade, mas também invenção e projeto de futuro.

4 QUILOMBISMO: A EXPERIÊNCIA QUILOMBOLA COMO PROJETO POLÍTICO

Em *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*, publicado em 1980, Abdias do Nascimento propõe o quilombismo como referência política e civilizatória para a população negra. Seu argumento parte da longa experiência de resistência negra no Brasil e na diáspora africana. O quilombo deixa de ser visto exclusivamente como formação

histórica do período escravista e passa a representar um princípio de organização, solidariedade, autonomia e luta contra o racismo.

O quilombismo reconhece que a população negra produziu, ao longo da história, formas próprias de organização social e política mesmo em condições de violência e exclusão. Nesse sentido, as experiências quilombolas oferecem referências para pensar participação comunitária, valorização cultural, autodefinição e enfrentamento das desigualdades. A proposta de Nascimento também se insere em uma perspectiva pan-africanista, conectando as lutas da população negra brasileira às experiências e aos movimentos de povos africanos e afro-diaspóricos.

Ao transformar o quilombo em princípio político, o quilombismo questiona modelos de sociedade baseados na exploração, na hierarquização racial e no apagamento das contribuições africanas. Sua importância está justamente em reconhecer que a luta por igualdade não consiste somente em buscar inclusão nas estruturas existentes, mas também em valorizar experiências históricas negras capazes de inspirar outras formas de convivência, poder, produção cultural e participação social.

5 CONTRACOLONIZAÇÃO, TERRITÓRIO E SABERES QUILOMBOLAS

Antônio Bispo dos Santos amplia esse debate ao pensar os quilombos a partir da contracolônização. Em *Colonização, quilombos: modos e significações* (2015), o autor contrapõe processos colonizadores - marcados pela imposição, pela apropriação e pela separação entre seres humanos e natureza - a modos de vida construídos por povos e comunidades que resistem à lógica colonial. A contracolônização não se reduz a uma reação discursiva: ela se manifesta na continuidade de práticas, conhecimentos e formas de organização que não se deixam absorver integralmente pelo projeto colonial.

Uma das contribuições centrais de Bispo é a valorização da relação entre comunidade e território. A terra não aparece apenas como propriedade ou recurso econômico, mas como parte de uma rede de relações que envolve trabalho, alimento, memória, ancestralidade, água, plantas, animais, espiritualidade e responsabilidade coletiva. Essa visão aproxima a discussão sobre quilombo das questões ambientais e ajuda a compreender por que a defesa do território é também defesa de modos de conhecimento e de existência.

Em *A terra dá, a terra quer* (2023), Bispo retoma e aprofunda sua crítica aos modelos coloniais de relação com o mundo. A contracolônização aparece associada à valorização de formas comunitárias, à circularidade, à diversidade de seres e saberes e à recusa da mercantilização total da vida. Sua reflexão evidencia que as comunidades quilombolas não

devem ser consideradas apenas como portadoras de tradições do passado, mas como produtoras de pensamento capaz de contribuir para debates contemporâneos sobre crise ambiental, alimentação, território, trabalho e convivência.

6 QUILOMBO, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO

No campo educativo, trabalhar os conceitos de quilombo, aquilombamento e quilombismo contribui para romper representações estereotipadas sobre a população negra. O estudo desses temas permite abordar a escravidão sem limitar a história negra à violência sofrida, pois evidencia também protagonismo, produção intelectual, formas de organização, conhecimento e resistência. Esse deslocamento é fundamental para uma educação antirracista comprometida com a valorização da história e da cultura afro-brasileira.

A escola pode assumir papel importante nesse processo quando reconhece as comunidades como produtoras de conhecimento. Entrevistas com moradores, registros de memória, cartografias sociais, histórias de vida, fotografias, práticas agrícolas, saberes de cura, culinária, festas e manifestações religiosas podem constituir fontes para o ensino, desde que sejam trabalhadas com ética, autorização e respeito à autoria comunitária. Dessa forma, os conteúdos curriculares se aproximam do território e das experiências concretas dos estudantes.

O Museu Virtual Aquilombando Saberes insere-se nessa perspectiva ao criar um espaço de preservação, circulação e valorização de memórias e conhecimentos de comunidades rurais e quilombolas. O ambiente digital pode funcionar como lugar de aquilombamento quando fortalece vínculos, reconhece sujeitos locais como autores, promove devolutivas à comunidade e possibilita que diferentes gerações tenham acesso às narrativas do território. A tecnologia, nesse caso, não substitui a experiência comunitária; atua como meio para ampliar sua visibilidade e preservar registros construídos de forma colaborativa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quilombo, aquilombamento e quilombismo são conceitos relacionados, mas não idênticos. O quilombo possui raízes africanas e uma trajetória histórica própria no Brasil, marcada pela resistência à escravização e pela construção de comunidades autônomas. O aquilombamento destaca o movimento de aproximação, proteção, pertencimento e organização coletiva que atualiza princípios de solidariedade e resistência. O quilombismo, por sua vez, constitui uma formulação político-intelectual de Abdias do Nascimento que transforma a experiência quilombola em referência para um projeto de emancipação negra.

As contribuições de Munanga, Nascimento e Bispo dos Santos ajudam a compreender que os quilombos não são resíduos de um passado distante. Eles constituem experiências vivas, produtoras de conhecimento, memória, territorialidade e ação política. Reconhecer essa continuidade é fundamental para combater o apagamento histórico, valorizar os saberes quilombolas e construir práticas educativas que respeitem a diversidade, a ancestralidade e o direito das comunidades de narrar a própria história.

8 CONCEITOS-CHAVE

Quilombo: experiência histórica e contemporânea de organização coletiva, territorialidade, resistência, autonomia e continuidade cultural negra.

Aquilombamento: processo de reunir, fortalecer vínculos, proteger memórias e organizar ações coletivas inspiradas na experiência política e comunitária dos quilombos.

Quilombismo: formulação político-intelectual de Abdias do Nascimento que toma a experiência quilombola como referência para emancipação, solidariedade e autodeterminação negra.

Contracolônização: conceito desenvolvido por Antônio Bispo dos Santos para compreender práticas e modos de existência que confrontam e atravessam a lógica colonial.

Território: espaço vivido que articula memória, cultura, trabalho, ancestralidade, relações comunitárias e direitos coletivos.

REFERÊNCIAS

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63.

NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.